

O Trio de Barro

Brasil e Argentina, quase de mãos dadas, fazem peregrinação, esta semana, pelos bancos de Nova Iorque e pelos gabinetes de Washington. A Argentina de Alfonsín, representada pelo ministro da Economia, Bernardo Grinspun, faz a maratona americana desde segunda-feira. O Brasil de Delfim é representado pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore.

Do outro lado da mesa triangular, o mesmo interlocutor de Brasil e Argentina, o executivo financeiro William Rhodes, vice-presidente do Citibank e articulador do Comitê de Assessoramento da Dívida Externa (de brasileiros e de argentinos) — espécie de raposa tomando conta das galinhas.

O Brasil, maior na dívida e menor na ambição, pretende tão somente fechar o "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, conta-de-chegar do balanço de pagamentos do ano que já foi tarde. A Argentina, menor na dívida e maior na intenção, quer protelar todos os pagamentos de 1984 e 1985, além da renegociação de prazos e taxas das prestações em atraso. Uma operação de US\$ 20 bilhões numa só talaçada.

Alfonsín quer oxigênio para dois anos, fôlego suficiente para reorganizar a Economia (e a sociedade) com doses vigorosas de laxativos técnicos, políticos e até militares.

Se a Argentina vai conseguir ou não, são outros quinhentos por cento, suspira William Rhodes, entre duas baforadas de charuto cubano. O negociador dos bancos privados prefere viabilizar a modesta pretensão de Brasília, prometendo a consumação do "jumbo" até a próxima quarta-feira — para alívio e glória da família brasileira.

Sobre a solicitação argentina — ainda a nível de consulta e não de exigência — William Rhodes procura descartar os riscos de um "efeito Alfonsín" na renegociação da dívida externa dos 37 países inadimplentes do terceiro mundo, todos os que se internaram na UTI do FMI, desde setembro de 1982.

Rhodes não esconde sua predileção pelo "efeito de La Madrid", o do bom exemplo mexicano: o novo governo está saneando a economia e honrando os acordos com o FMI e os acertos com os bancos.

Embarcado pelo horizonte latino-americano, o ponto de vista de Rhodes não faz distinção de caso. Se o México está saindo do abismo, sem mora-

tória nem calote, o Brasil também poderá fazê-lo, a Argentina tanto mais, a Venezuela nem se fala...

Entre mortos e feridos, escaparão todos os devedores da fossa da recessão, do brejo do desemprego, das lavas da inflação e das garras da dívida velha (reciclada pela dívida nova, em dobro).

O programa de ajustamento econômico do México, monitorado pelo FMI, derrubou a inflação de 210%, em 1982, ano da quebradeira geral, para olímpicos 77% no exercício de 1983, o da carta de intenção. A dívida reciclada foi competentemente rolada e o Banco Central se permitiu o luxo cambial de fechar balanço anual com reservas de US 3,1 bilhões. O "déficit" público acaba de pousar na faixa de 1,8% do PIB.

Preço da façanha: recessão dita corretiva com desemprego dito purgativo.

William Rhodes não tem como explicar o tiro pela culatra do programa de ajustamento equivalente praticado (ou tentado) pelo Brasil, onde o mesmo "blend" farmacológico do FMI mais que dobrou a taxa de inflação, mais que dobrou a fúria da recessão... o resto é arranjo contábil, tipo conta-de-chegar.

Não se tem referência, evidentemente, para o caso argentino, a nova administração econômica, com Alfonsín, começa da estaca zero, para não dizer sete léguas antes do zero.

No caso brasileiro, o importante é se perguntar por que o paciente rejeitou o remédio que estaria colocando o México em estado de convalescença. A partir de agora, a "overdose" da mesma panaceia monetaríode sacará a salvação do Brasil em coma?

Carlos Longo, economista da USP, torce o nariz:

"O controle da oferta monetária (variação anual de 50%) é mais que otimista diante da inadimplência física das empresas estatais na liquidação da respectiva dívida externa. O fracasso do controle monetário desarranjaria todo o programa de estabilização. Esse fracasso teria o seguinte curso lógico: quando as estatais não conseguem pagar suas dívidas em moeda, o pagamento é feito pelo Banco do Brasil, que se credita junto ao Banco Central (Conta Aviso GB 588). Dívida externa assim rolada, a variação do saldo da conta GB 588 transforma-se em crédito novo em moeda brasileira, elevando a oferta monetária.

O problema é que a inadimplência das estatais, sobre-

carregando as transfusões internas do Banco do Brasil, tende a agravar-se. De um lado, pelo endividamento bola-de-neve. De outro, pela recessão atrelada ao serviço da própria dívida, que condiciona o tal de programa de estabilização, especialmente recessivo no quadro das estatais. Na recessão, aumenta a capacidade sem uso da empresa, custos adicionais não repassados, necessariamente, para os preços ou tarifas. O governo terá, pois, de emitir moeda por sobre o limite dos 50% — se as estatais tiverem de rolar ao pé da letra os Cr\$ 9,8 trilhões de sua dívida externa, de janeiro a dezembro".

Arquiteto do orçamento globalizado das estatais, enquanto titular da Sest, Nelson Mortada descarta essa inexorabilidade:

"A redução do "déficit" público global, não apenas o das estatais, passa pela faixa da redução ou extinção dos subsídios residuais, alcança a primeira edição de uma política fiscal contracionista nos últimos vinte anos e culmina na injeção de sobras do orçamento fiscal no orçamento monetário e não o famigerado vice-versa dos últimos anos. Isso vai aliviar a pressão do setor público sobre o sistema de captação de poupança no mercado financeiro, revertendo, a partir do segundo trimestre, a vocação altista dos juros de mercado. Do ponto de vista monetário, qualquer estouro na emissão da moeda será neutralizado, com folga, pela forte redução na emissão da não-moeda que acaba fazendo o papel da moeda — os títulos da dívida pública, e amarrando as pontas, a contenção dos gastos das estatais abrirá espaço para o setor privado no encavalado funil do crédito interno".

Com quem estaria a verdade no aqui e no agora da projeção ou do prognóstico?

A perspectiva otimista não tem lugar na Geometria da crise.

Na melhor das coordenadas, aparece como ilusão de ótica, tal qual a miragem do oásis na enésima duna do deserto sem norte.

Pelo sim, pelo não, Brasil, Argentina e México, trio de barro da dívida têm uma única saída de emergência: três anos de moratória negociada, com juros históricos de 6% ao ano, até o fim do século, com alta ou com baixa do dólar na especulação irracional das moedas — esse marcapasso cambial que a insensatez dos países superavitários espetou no peito enfartado dos povos da servidão.